

Thomas, D., Fowler, S., & Johnson, V. (2017) - The Silence of the Archive. London: Facet Publishing, 224p.

Por LUÍS CORUJO

Assistente convidado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
Técnico Superior (Arquivista) na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
luiscorujo@campus.ul.pt

Como utilizadores, funcionários ou investigadores habituámo-nos a perceber as salas de leitura das bibliotecas e arquivos como locais onde impera o silêncio. Nas pesquisas que se fazem em silêncio, redobram as reservas e a necessidade que controlar a voz quando, felizes, encontramos no documento/registo o elemento que nos faltava para o enlace da investigação, ou, pelo contrário, reprimimos frustrações por não encontrar o que se procura. Sobre tal fenómeno, é caso para replicar a pergunta *'para onde vão os nossos silêncios quando deixamos de dizer o que sentimos?'*. E de facto, registos, documentos de arquivo que nos passam pelos olhos, que criamos, que usamos, que manejamos e tratamos arquivisticamente nas organizações aonde trabalhamos não dizem o que sentem as pessoas que mencionam, não falam sobre as pessoas a não ser de forma insípida, e só na perspetiva do sujeito (ou melhor, objeto) que age em relação à entidade que produziu e/ou detém o registo/documento. E assim, registos, informação, documentos e arquivos estão cheios de silêncios, não dando voz aos variados elementos e perspetivas da Sociedade.

Terry Cook, no seu artigo *'We Are What We Keep'* (2011), apelava a que se efetuasse uma avaliação documental participativa, ação necessária para ouvir as vozes das comunidades de cidadãos e assim quebrar os silêncios impostos pela narrativa dominante emitida pelas entidades empresariais e governamentais, garantindo a diversidade, ambiguidade, tolerância e múltiplas formas da memória arquivística. Com efeito, a questão do silêncio dos arquivos é abordada por Manoff (2016), apontando-a para informação perdida, ocultada, destruída ou simplesmente não disponível para consulta e ligando-os também à tecnologia, particularmente a eletrónica.

É nesta senda que surge o livro *'The Silence of the Archive'*, que pretende abordar a alargada gama de razões que levam à existência desses silêncios, indicando ser a primeira obra que discute esta questão de forma holística e abrangente. O enfoque que o livro proporciona traz reminiscências da obra de Alberch Fugueras e Cruz Mundet (1999) sobre o poder e os arquivos, e exprime preocupações, como o caso dos chamados arquivos participatórios que têm sido trazidas à luz por autores como Verne Harris, Terry Cook e Eric Ketelaar, entre outros, e artigos publicados em revistas de associações profissionais e académicas do EUA, Reino Unido, Canadá e Austrália, constatando-se serem aspetos preponderantes nos estudos arquivísticos nos países de tradição e cultura anglo-saxónica.

Os autores são especialistas, docentes e profissionais com experiência no sector público do Reino Unido. David Thomas, antigo diretor de tecnologia do Arquivo Nacional do Reino Unido, com responsabilidades no âmbito da preservação digital, cibersegurança e acessibilidade ao material digital, é docente na Universidade de Northumbria, dedicando-se à investigação dos aspetos jurídicos e económicos dos arquivos no mundo digital e falsificação em arquivos. Simon Fowler, foi durante três décadas funcionário do *Public Record Office*, é especialista em arquivos dos séculos XIX e XX, e exerce atividade em organizações relacionadas com estudos Genealógicos e História da Família, sendo docente no Centro de Arquivos e Ciências da Informação da Universidade de Dundee, lecionando sobre arquivos militares. Valerie Johnson, foi investigadora no âmbito dos arquivos e da História, com formação pela Universidade de Cambridge, sendo atualmente diretora de Investigação e Coleções do Arquivo Nacional do Reino Unido, com responsabilidades no apoio e coordenação dos programas de inovação na investigação, conservação e académicos, e pelo apoio ativo aos arquivos. Está ainda ligada a associações de profissionais de arquivo, de arquivos empresariais, à Sociedade Real de História e à Sociedade de Antiquários. Os seus trajetos profissionais e académicos revelam as áreas de interesse por onde perpassam os assuntos que abordam ao longo do livro.

A obra encontra-se dividida em sete capítulos. O primeiro refere-se às potenciais falhas que podem ocorrer nas fases de seleção, aquisição e preservação de documentos de arquivo e que concorrem para a existência dos silêncios arquivísticos, e que podem ir desde situações em que os mais poderosos podem impedir a criação, conservação ou acesso dos arquivos, ou em que os funcionários públicos podem ter relutância com medo e serem responsabilizados ou estarem incapacitados para a criação de arquivos, ou até situações de guerra ou opressão que podem pôr em risco documentos, ou de

processos de avaliação documental que não selecionam material adequado, ou em que os documentos de arquivo podem ser deliberadamente destruídos.

O segundo capítulo remete para as expectativas irracionais que alguns utilizadores podem ter acerca de que documentos foram produzidos e quais sobrevivem, criando a percepção de que a situação é pior do que a realidade. Aqui a ênfase é a (in)existência de documentos que registem aspetos de pessoas do passado, que consideraríamos comuns existirem, atualmente, e ainda o perigo de os arquivos manterem/suportarem narrativas oficiais, visões limpas da realidade que registam, devendo chamar-se a atenção para a subjetividade inerente à produção da descrição arquivística.

O capítulo terceiro aborda a utilização da tecnologia digital na criação de informação e documentos de arquivo e os riscos daí derivados para os futuros utilizadores. Se, inicialmente, esta situação se limitava à questão da obsolescência e aos perigos que poderiam ocorrer entre o momento da produção e a transição para arquivo, atualmente o problema centra-se na escala de documentos produzidos e a dificuldade de poderem ser organizados, selecionados e avaliados. Tal problema resulta em que muitas organizações, em que o gestor documental foi substituído pelo profissional de TI, e com o fim de evitar custos ou situações de pedidos de acesso que possam ferir o bom nome da organização, eliminem automaticamente informação eletrónica que considerem irrelevante para a sua atividade ou que contenha dados sensíveis. Para além disso, existem situações em que os decisores simplesmente não produzem documentação referente às suas ações ou utilizam formas de registo e comunicação que estão fora do alcance dos arquivos, como uso de meios informais, serviços ligados às chamadas redes sociais, os serviços de alojamento na 'nuvem'. Outro aspeto a realçar é a reflexão sobre as ferramentas digitais para pesquisa em arquivos. Estas situações requerem abordagem mais radicais para que o paradigma digital não constitua uma ameaça ao futuro dos arquivos, consumada pela diminuição e visitantes.

O capítulo quatro abre a porta para formas como se tem lidado com estes silêncios, e que podem passar pelas fugas de informação confidencial (de que o *Wikileaks* são o exemplo mais conhecido), a reconstrução de documentos perdidos ou danificados, as possibilidades do "património ausente/desaparecido" (*absent heritage*), trabalhar em torno dos silêncios, leituras contra os silêncios e incluir um maior número de vozes no arquivo, sem esquecer a necessidade de aceitar e dar valor à existência dos silêncios, pela simples impossibilidade de conservar a informação sobre tudo e para sempre, até porque a lembrança (memória) só é possível tendo por base o esquecimento.

Numa certa continuidade lógica, o capítulo cinco, sobre a confiança, autenticidade e proveniência, reporta sobre formas como os utilizadores lidam com os silêncios quando não se encontram as evidências documentais que procuram, desde imaginarem a documentação perdida ou ficcionarem eventos dos quais não há prova de terem ocorrido, podendo ir ao ponto de investigadores afirmarem que algo deve ter acontecido, por vezes com recursos a documentos falsificados ou forjados.

O penúltimo capítulo propõe algumas soluções para resolver os problemas dos silêncios abordados. Tais soluções passam pelo papel dos vários atores no processo de documentação e processo de tratamento arquivístico, a responsabilidade conjunta para a mudança, e possíveis caminhos a seguir.

O último capítulo tenta problematizar as questões sobre as tendências relativamente aos silêncios dos arquivos, e consequentemente, os seus impactos na perceção dos utilizadores dos arquivos, incluindo o paradigma digital.

O texto está muito centrado na realidade britânica e Commonwealth, ou pelo menos nos países ditos anglos-saxónicos, como demonstram os exemplos, os artigos de especialistas, e uma longa secção sobre Shakespeare e a ausência de documentos seus (quase 9 páginas). Ao longo dos capítulos poderíamos facilmente incluir exemplos portugueses, como os arquivos de empresas e indústrias que são vendidos a peso resultando na impossibilidade de perceber a história da industrialização do país; perda de arquivos ferroviários e outros por incêndios em edifícios sem condições para depósito documental; os documentos do processo da compra dos submarinos; a dificuldade em encontrar os processos sobre os *swaps* no Ministério das Finanças, interpretações criativas das entidades públicas sobre a sua autonomia no âmbito da eliminação documental; a inexistência de registos relativos à carreira contributiva na Segurança Social, obrigando os interessados ao esforço de produzir/descobrir prova dos mesmos; atas de reuniões que não aludem ao processo de tomada de decisões; relatos de documentação com informação sensível expedida para potências estrangeiras no período do PREC; documentação pública cuja idade ultrapassa os 100 anos, mas que se mantém inacessível aos investigadores, incluindo-se aqui a relutância dos arquivos públicos em responder às ânsias dos investigadores, alegadamente pela documentação estar em mau estado de conservação; fantasias de que a polícia política do regime político anterior detinha ficheiros com detalhes aturados sobre a vida de todos os cidadãos nascidos antes de 1974; legislação de Acesso aos Dados que continua a ser contrariada por via de expedientes burocráticos, herdados de uma cultura do segredo, num país em que “prestar contas” se refere somente a aspetos contabilísticos e menos à garantia de transparência e correto desempenho de funções.

Aqui manifesta-se o interesse académico da obra, que se considera ter valor para desencadear a expansão dos estudos sobre estas matérias, nomeadamente pela comparação da realidade portuguesa, as perceções das partes interessadas, os estudos de caso.

Referências Bibliográficas

- American Archivist*, Society of American Archivists, EUA. ISSN: 0360-9081.
- Archival Science: International Journal on Recorded Information*, Springer Netherlands, Países Baixos. ISSN: 1573-7500.
- Archivaria: The Journal of the Association of Canadian Archivists*, Association of Canadian Archivists, Canadá. ISSN: 0318-6954.
- Archives: Bulletin de l'Association des archivistes du Québec*. Association des Archivistes du Québec, Canadá. ISSN: 0044-9423.
- Archives: The Journal of the British Records Association*, British Records Association. Reino Unido. ISSN: 0003-9535.
- Archives & Records*, Archives & Records Association (United Kingdom & Ireland). Reino Unido. ISSN: 2325-7989.
- Archives & Manuscripts: The Journal of the Australian Society of Archivists*, Australian Society of Archivists. Australia ISSN: 0157-6895.
- ALERCH FUGUERAS, R., & Cruz Mundet, J. R. (1999) – *¡ARCHIVESE!: Los Documentos del Poder, el Poder de los Documentos*. Madrid: Alianza Editorial.
- COOK, T. (2011) – 'We Are What We Keep; We Keep What We Are': Archival Appraisal Past, Present and Future. *Journal of the Society of Archivists*, 32(2), 173–189. <https://doi.org/10.1080/00379816.2011.619688>.
- MANOFF, M. (2016) – Mapping Archival Silence: Technology and the Historical Record. Em F. Foscarini, H. MacNeil, B. Mak, & G. Oliver (Eds.), *Engaging with Records and Archives: Histories and Theories* (pp. 63–81). London: Facet Publishing.